CRISTIANO MARIZ/AGÊNCIA O GLOBO

Fernando Haddad: ministro diz ter dormido menos desde tragédia no RS pensando no que vai acontecer com receitas

Conjuntura Sem dar detalhes, ministro diz ter a impressão de que há 'fantasminha fazendo a cabeça das pessoas' e prejudicando o desenvolvimento

Haddad fala em 'ruídos' e chama de 'inimaginável' meta de inflação de 3%

Estevão Taiar e Gabriela Pereira
De Brasília

A meta atual de inflação, de 3%, é "exigentíssima" e "inimaginável", disse na quarta-feira o ministro da Fazenda, Fernando Haddad. A afirmação foi feita em audiência pública na Comissão de Finanças e Tributação na Câmara. O ministro também disse que surgiram ruídos "patrocinados" na economia brasileira ao longo do último mês. Ele não detalhou quem estaria por trás desses ruídos, mas defendeu a continuação de um "diálogo profícuo" entre técnicos da pasta e do Banco Central (BC).

"Os núcleos estão rodando abaixo da meta, que é exigentíssima", disse, referindo-se às medidas de inflação que excluem itens com preços mais voláteis. "Uma meta, para um país com as condições do Brasil, de 3% de inflação é um negócio inimaginável. Desde que o regime de metas foi instituído, quantas vezes o Brasil teve 3% de inflação? Quantos anos isso aconteceu nos 25 anos do regime de metas?"

A meta de 3% foi estabelecida pela primeira vez para este ano, ainda em 2021, já que o Conselho Monetário Nacional (CMN) precisa decidir sobre o tema com três anos de antecedência. No ano passado, o CMN, do qual Haddad faz parte, também optou por unanimidade pela manutenção da meta de 3% em 2026. De 1980 para cá, a inflação só terminou abaixo de 3% duas vezes: 1998 (1,65%) e 2017 (2,95%).

Na sequência, ele afirmou que tem "a impressão" de que existe "um fantasminha fazendo a cabeça das pessoas e prejudicando o nosso plano de desenvolvimento".

"Não estou entendendo esse ruído todo que está acontecendo", disse minutos depois. "Esse ruído não está fazendo bem para a economia brasileira e não tem amparo nos dados. Nós estamos gerando emprego com baixa inflação. O rendimento do trabalho aumentou no ano passado, mas não gerou inflação. Eu acredito piamente que, se continuar existindo um diálogo profícuo e respeitoso entre os técnicos do Tesouro e do Banco Central em proveito de uma agenda sustentável, todos vamos ganhar com isso."

Segundo Haddad, esses ruídos surgiram "de um mês para cá".

"Eles vão desaparecer porque são patrocinados, não são reais. Tem interesse por trás disso, e nós ficamos fingindo que não existe", disse. Segundo Haddad, justamente o que o Ministério da Fazenda previa "está acontecendo do ponto de vista de crescimento, inflação, emprego, fiscal".

Na área fiscal, o ministro afirmou que "temos um desafio em relação ao arcabouço, que são as vinculações" de despesas, como os pisos de gastos com educação e saúde e as despesas atreladas ao salário mínimo. Ele defendeu a adoção de "uma regra melhor" do que a atual "para que ela seja mais respeitada por todos os governos".

"[Seria] um pacto em torno de educação, saúde e salário mínimo que seja sustentável no longo prazo e não que dure em um governo progressista para ser desfeito em um governo conservador", disse.

Haddad ainda afirmou que tem dormido "menos" desde as enchentes no Rio Grande do Sul, relatando que "o terceiro bimestre está me preocupando um pouco" por causa dos impactos econômicos e fiscais das enchentes. Mas disse que acredita que a recuperação econômica do Estado começará "neste ano e rapidamente".

Ele disse ainda que as vinculações são um desafio para o arcabouço. "Nós sabemos que tem uma questão de médio prazo de como compatibilizar esses vários interesses legítimos", disse. Segundo o ministro, a equipe econômica está estudando a melhor forma de estruturar isso. "Está no nosso radar."

A audiência foi marcada ainda por alguns momentos de embates entre o ministro e os poucos congressistas da oposição presentes. O deputado Filipe Barros (PL-PR) apresentou, por exemplo, um gráfico com a trajetória do déficit primário acumulado em 12 meses do governo para afirmar que "as contas públicas estão completamente descontroladas". Haddad rebateu, dizendo que os números apresentados levavam em conta a quitação, pelo governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT, do "calote" de R$ 90 bilhões dado pelo governo de Jair Bolsonaro (PL) no pagamento de precatórios.

> "Esse ruído não está fazendo bem para a economia brasileira"
> *Fernando Haddad*

Ver também págs. A6 e C2

Governo federal exige acordo até dia 27 com professores em greve

Folhapress, de São Paulo

Em e-mail encaminhado a sindicatos, o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos rechaçou dar continuidade às negociações por reajuste salarial dos professores federais, atualmente em greve, e exigiu a assinatura de um acordo até segunda-feira (27).

"O governo apresentou a sua proposta final, [...] não restando, portanto, margem para a recepção de novas contrapropostas", escreveu a pasta na mensagem distribuída na terça-feira (21). Foi uma resposta ao Andes (Sindicato Nacional dos Docentes de Instituições de Ensino Superior), que na segunda (20) decidiu manter a paralisação.

A proposta citada pelo ministério, enviada no dia 15, prevê reajuste de 4,5% ao ano para 2025 e 2026. Os servidores, porém, pedem aumento já a partir deste ano. A categoria pede readequação de 7,06% em 2024, de 9% em janeiro de 2025, e de 5,16% para 2026.

Em nota, o MEC (Ministério da Educação) afirmou estar sempre aberto ao diálogo, franco e respeitoso, pela valorização dos servidores.

Para Gustavo Seferian, presidente do Andes, o governo federal demonstra "imensa intransigência" nas negociações. "Nós queremos negociar e, caso a base da categoria entenda por apresentar uma nova contraproposta, será essa nossa ação no dia 27 de maio", continuou, relativizando o ultimato dado pelo ministério de Esther Dweck.

Os membros do sindicato avaliam que a postura de Brasília fortalece o movimento grevista e enfraquece o discurso pró-educação da administração petista.

Professores de universidades, centros de educação tecnológica e institutos federais das cinco regiões do país iniciaram a greve no dia 15 de abril. Além da recomposição salarial, eles exigem investimentos nas instituições.

COMÉRCIO EM PAUTA

Trabalho que valoriza o Brasil

CNC Sesc Senac

TRABALHADORES E EMPRESAS SE UNEM PELO FIM DA ISENÇÃO DO IMPOSTO DE IMPORTAÇÃO

Uma nota pública dirigida à Câmara dos Deputados pelas centrais sindicais de trabalhadores e pelas confederações empresariais aponta que a manutenção da isenção do imposto de importação para produtos até 50 dólares é prejudicial para a economia.

A nota é assinada pelas Confederações Nacionais do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), da Indústria (CNI) e da Agricultura (CNA), bem como pela Confederação Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos, Força Sindical, Nova Central Sindical de Trabalhadores, Central dos Sindicatos Brasileiros, IndustriALL Global Union, Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio e Serviços e União Geral dos Trabalhadores.

A nota salienta que "a injustificável desigualdade na tributação entre a produção nacional e as importações de até 50 dólares, via plataformas de comércio eletrônico, destrói empregos no Brasil. É impossível que a indústria e o comércio nacionais paguem em média 45% de impostos sobre o consumo (IPI, PIS/Cofins, ICMS e ISS), embutidos nos seus preços, e concorram com produtos importados que pagam apenas 17% de ICMS e nada em tributos federais dentro do Remessa Conforme".

A CNC apoia o projeto substitutivo do relator, deputado Átila Lira (PP-PI), que revoga a isenção do imposto de importação em remessas de até 50 dólares. A medida proposta visa equalizar a carga tributária entre produtos importados e nacionais, promovendo justiça fiscal e protegendo o mercado interno.

SESC MOBILIZA PARCEIROS INSTITUCIONAIS EM APOIO AO POVO DO RIO GRANDE DO SUL

O Sesc mobilizou uma grande rede de solidariedade em todo o País para apoiar o Estado do Rio Grande do Sul, que sofre com enchentes desde o mês de abril, registrando milhares de pessoas desabrigadas.

Por meio do programa Sesc Mesa Brasil, é realizada uma articulação com parceiros institucionais, que colaboram na arrecadação de doações e logística de entregas. A Global Food Banking Network (GFN), parceiro internacional do programa, destinou US$ 25 mil para aquisição de alimentos e produtos de necessidade.

A Abimapi e o Instituto Renner mobilizaram suas redes de parceiros para encaminhamento de doações ao Sesc Mesa Brasil, com apoio logístico. A Associação Brasileira de Shopping Centers (Abrasce), a Associação Brasileira de Atacadistas e Distribuidores de Produtos Industrializados (Abad) e o Pacto Global divulgam a campanha de arrecadação de recursos financeiros feita por meio do PIX do Sesc no Rio Grande do Sul.

Além disso, entidades do Sistema Comércio em todo o País participam com campanhas e doações. Até o momento, foram arrecadados mais de R$ 8 milhões.

Sesc

Caminhão do Sesc Mesa Brasil: doações de todo o Brasil

SENAC E OIT TRABALHAM JUNTOS PARA APRIMORAR EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

O Departamento Nacional do Senac e o Centro Interamericano para o Desenvolvimento do Conhecimento na Formação Profissional da Organização Internacional do Trabalho (OIT/Cinterfor) estão renovando o acordo de cooperação entre as duas instituições.

A parceria vai permitir explorar temas chave como Inteligência Artificial na formação profissional, os impactos da automação nos empregos gerados no comércio e serviços, entre outros.

Esse acordo foi firmado em 2018, prevendo iniciativas voltadas para o intercâmbio de experiências, o desenvolvimento de metodologias pedagógicas modernas e a capacitação de equipes de educação profissional.

Um dos resultados desse trabalho conjunto entre o Senac e o Cinterfor é o desenvolvimento da plataforma Cubus, um espaço de compartilhamento de processos pedagógicos, com especial atenção ao desenvolvimento de competências transversais no âmbito das formações profissional e tecnológica.

Sediado em Montevidéu, no Uruguai, o Cinterfor tem 60 anos de atuação dedicada ao fortalecimento de competências laborais e à difusão de conhecimentos na área de educação para o trabalho.

Senac

Elena Montobbio, diretora do OIT/Cinterfor, com a equipe do Senac e do centro de estudos

www.portaldocomercio.org.br

@sistema.cnc @sistemacnc @sistemacnc @tvcnconline